

A PROFISSÃO CONTÁBIL ESTÁ EM CRISE ? UMA OPINIÃO SOBRE OS CONSTANTES QUESTIONAMENTOS SOBRE A PROFISSÃO CONTÁBIL

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Marion

*Fábio da Silva e Almeida
Vicente Sebastião Valverde*

Alunos de Pós-Graduação Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras da PUC São Paulo

RESUMO

Nosso propósito aqui é o de discutir as críticas que estão atingindo as informações contábeis e conseqüentemente a profissão. Buscaremos relacionar a teoria contábil e os casos de "fraudes", procurando separá-los, através do enfoque à Ciência Contábil, à profissão de Contador e a atividade de auditoria.

Inicialmente, temos que distinguir a falta de independência profissional, das questões ética e moral, para uma ciência que é traduzida por pessoas, nas quais se classificam de boa ou má índole.

Entendemos que a profissão contábil não está em crise. Assim como o erro de um profissional de outra área qualquer, não determina a crise da sua profissão. O que temos, e isso é verdade, é uma desconfiança com relação à veracidade das informações divulgadas pelas empresas e da atuação da auditoria contábil e, um questionamento chave nos casos ENRON, XEROX, WORDCOM e outros, da independência profissional. Sem deixar de destacar as atitudes um tanto quanto

questionáveis e de interesse pessoais dos executivos destas empresas.

INTRODUÇÃO

Conforme deliberação da CVM Nº 29 de 5-2-86, a Contabilidade, é objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização.

Surgiu naturalmente da necessidade do ser humano em controlar a sua riqueza. Do processo empírico da associação da quantidade de pedras com a quantidade de cabeças de gado, evoluiu até os dias de hoje passando por diversos estágios. Sua importância aumenta na medida em que há desenvolvimento econômico, trazendo novos desafios no que diz respeito ao registro das operações mercantis.

O objetivo da contabilidade, portanto, é informar ao usuário o andamento dos negócios sendo seu objeto o patrimônio das entidades.

Para acompanhar a evolução dos tempos

precisou ser normatizada através de Postulados, Convenções e Princípios. Essas normas e práticas contábeis têm por finalidade definir os parâmetros de aplicação da técnica contábil, sendo ela, a contabilidade, uma ferramenta para mensuração de desempenho econômico e financeiro das entidades.

Esses princípios representam a forma e o meio que o contador se utiliza para chegar aos objetivos. Eles funcionam como placas orientadoras de direção, impondo limites e coibindo os excessos, para que não haja desvio de rota.

Exemplificando, o princípio do **Conservadorismo** impede que haja um registro antecipado de lucros, porém obriga o reconhecimento de prejuízos no momento da sua constatação. Trata-se de uma precaução para evitar um otimismo ilusório aos acionistas. Por sua vez a **Consistência** impõe que os critérios contábeis sejam mantidos ao longo do tempo, evitando mudanças que impeçam a comparabilidade dos relatórios contábeis e dos estudos preditivos. O **Regime de Competência** orienta no sentido de que os custos, despesas e receitas sejam reconhecidos no momento da ocorrência, em perfeita sintonia com as demais normas e práticas. De um modo geral os Princípios se complementam. A estrutura se assenta na **Entidade Contábil** e na **Continuidade**, sem os quais não existe nem empresas e, portanto, nem contabilidade.

ALGUNS CASOS E AS CRÍTICAS À CONTABILIDADE

Em um artigo recente da Revista Exame, Gurovitz, coloca uma afirmação do ex-presidente do Banco Central americano, Paul Volker (Revista Exame, 2002) de que “*a profissão de auditoria e contabilidade está em crise*”.

Canuto (2002) em artigo sobre Economia diz que

o colapso Enron espalhou um

vírus de desconfiança sobre o mundo corporativo, fragilizando a credibilidade das informações contábeis. A suspeita de conivência de seus auditores-consultores (...) e o suporte de crédito por grandes bancos às empresas reforçaram o medo de que outras surpresas contábeis estariam por vir.

Neste artigo, o autor, professor de Economia na USP e da UNICAMP, faz diversas afirmações contundentes em relação à Contabilidade, tais como:

a doença da desconfiança contaminou, por exemplo, o setor de telecomunicações, depois que algumas empresas, inclusive européias, admitiram ter manipulado regras contábeis para maquiar suas receitas, superavaliando-as”; “a descoberta das maracutaias contábeis e da debilidade da instituição guardiã da lisura das informações, os auditores, aumentou o grau de desconfiança por parte dos aplicadores de recursos em relação a todo o conjunto de tomadores, provocando uma retração na oferta de crédito em nível macroeconômico”; “(...) citado na Business Week da semana passada, do início dos anos de 1990 para cá, os bancos quase triplicaram suas linhas de crédito fora dos balanços, alcançando um patamar atual em torno de US\$ 5 trilhões”; “ativos e passivos desaparecem de balanços sem deixar a empresa.

Além da falência da Enron (um dos casos mais divulgados), temos também casos que têm agitado a imprensa americana num verdadeiro bombardeio contra a profissão contábil. Fala-se em contas indecifráveis em relação a GE, IBM, Coca-Cola e Xerox, por exemplo. Em reportagem do The Wall Street Journal Americas (Silverman, 2002), comenta-

se sobre artifícios contábeis para a GE “administrar lucros”; sobre variações contábeis, sem muito detalhamento pelos executivos da IBM, ajudam a explicar porque a companhia atrai críticas de investidores que se debruçam sobre o balanço muito tempo após as manchetes com os resultados trimestrais aparecerem; um desmembramento das operações de engarrafamento, de capital intensivo (...) permitiu à Coca tirar dos seus livros ativos caros e bilhões de dólares em dívida. Situações como estas induzem a mídia a usar expressões como: “balanços cada vez mais obscuros”; “práticas contábeis impenetráveis (...)”; “Contabilidade indecifrável torna-se desafio para analistas e investidores”; “bancos japoneses adotam trambiques financeiros semelhantes”.

À vista de um leigo, as notícias de que contabilidade estava fraudada é ponto final para a avaliação de que os profissionais da contabilidade não têm credibilidade e principalmente não transmitem confiança e, conseqüentemente, a profissão está em crise.

Vejamos alguns dos principais casos de “fraudes contábeis” noticiados pela mídia:

Adelphia: Alvo de uma investigação da Comissão de Valores Mobiliários (SEC) sobre US\$3,1 bilhões em empréstimos **não constantes de seu balanço** e cobertos, em parte, por John Rigas, fundador da companhia e sua família.

Duke Energy: Admitiu ter realizado **negócios fictícios**, do tipo em que dois ou mais traders compram e vendem energia, simultaneamente, entre si, e pelo mesmo preço. Isso aumentou as receitas da Duke em US\$ 1 bilhão no curso de três anos.

Enron: Admitiu ter **inflado artificialmente seus lucros e ocultado seu endividamento** mediante a manipulação de uma complexa teia de parcerias não explicitadas em seu balanço.

Rite Aid: Recalculou, com uma diferença de US\$ 2,3 bilhões, seu lucro antes dos impostos. Ex-executivos da companhia foram acusados pela SEC de enormes fraudes contábeis para **inflar os lucros** da companhia e

defraudar os investidores.

Xerox: Multada em US\$ 10 milhões por **ter inflado suas receitas e lucros** nos balanços de 1997 a 2000, ao incluir pagamentos futuros previstos em contratos correntes. A Xerox não quis comentar sobre qualquer malversação em sua prática contábil.

Wordcom: Contabilizou US\$ 3,9 bilhões em investimentos, quando deveria ter contabilizado em despesas, **forjando o lucro da empresa.**

Uma avaliação deve partir de uma análise um pouco mais apurada sobre o assunto. No caso ENRON, por exemplo, tivemos uma salada de trapalhadas e principalmente de evidências de má fé envolvendo os executivos da empresa e os profissionais de auditoria “externa”.

A DISTINÇÃO DOS PONTOS CRÍTICOS IDENTIFICADOS

Antes de prosseguir as discussões e expressar qualquer conclusão à respeito da chamada “Crise da Contabilidade”, entendemos que existem três pontos críticos inseridos neste contexto: **a)** os problemas ligados à independência nas atividades de auditoria e consultoria contábil; **b)** a atividade de auditoria como um campo profissional da contabilidade; **c)** a questão ética dos envolvidos no processo de gestão e divulgação das informações econômicas e financeiras das entidades.

a) A Independência da Auditoria Externa

Aqui entendemos que devemos refletir sobre as relações um tanto quanto incestuosas entre firmas de auditoria e consultoria e seus respectivos clientes.

Como vimos, há uma declaração de Paul Volker afirmando que *a profissão de auditoria e contabilidade está em crise*. Porém, o que temos que entender nestes casos é que a independência é o principal pilar de sustentação de uma empresa de auditoria. E, nos diversos

acontecimentos que estão sendo noticiados, podemos perceber a evidência do envolvimento dos profissionais de auditoria com seus clientes.

Uma alternativa seria determinar que empresas de auditoria não pudessem prestar ao mesmo tempo serviços de consultoria. Identificamos que já estão existindo algumas medidas que apontam nesta direção.

Entre outros pontos, Boucinhas, em um artigo publicado recentemente no Jornal Gazeta Mercantil, salienta que :

“ ...

2) A prestação de serviços de auditoria independente e de consultoria ao mesmo cliente, principalmente a companhias abertas, é indesejável, não só porque afeta a independência do auditor, mas também porque contribui decisivamente para o gigantismo das empresas de auditoria.

3) A rotação obrigatória de auditores é outra proposta razoável para evitar que relações auditor-cliente que perdurem por tempo demasiado acabem levando a uma "intimidade" indesejável. Enquanto a profissão for dominada por poucas e gigantescas empresas, a eficácia dessa mudança também é questionável.

... ” (2002, p. A-2)

b) A atividade de auditoria e a Profissão Contábil

Problemas relacionados aos profissionais de auditoria não refletem necessariamente que a profissão contábil está em crise. O que deve ser explicado e entendido é que a profissão de contador está acima da atividade de auditor, ou seja, todo auditor é necessária e obrigatoriamente, por força de lei e por firme imposição dos órgãos reguladores, seja nos EUA ou no Brasil, um contador. Entretanto, o inverso não se aplica, nem todos os contadores desempenham suas atividades como auditores, internos ou independentes.

A auditoria seja interna ou

independente, é um dos campos de especialização do contador, assim como o é a perícia, a controladoria, a fiscalização (no âmbito das entidades públicas) e até mesmo as atividades de atuário entre outras, as quais foram relacionadas, para fins locais (no Brasil), e regulamentadas pelo Decreto-Lei n.º 9.295 de 27/05/1946, e então divulgadas aos profissionais de contabilidade através da Resolução CFC n.º 560 de 28/10/1983.

c) A Questão Ética

Ser ético em poucas palavras é ser correto. No desempenho das atividades do dia a dia este deveria ser o ideal no comportamento humano. A falta de ética, ou seja, a falta de atitudes corretas leva a ações desastrosas, nas quais pessoas se prejudicam, ou em nome do dinheiro ou em prol de uma vantagem.

É no combate a estas atitudes que o ser humano deve buscar fazer o correto. O reflexo das atitudes desprovidas de boa fé leva, em grande parte, a falta de confiança e em muitos casos a legislação ou a imposição de leis que regulamente a relação entre pessoas.

Os fatos que envolvem grandes corporações e assuntos ligados ao ambiente econômico, financeiro e contábil, devem dispensar atenção imprensa, seja ela escrita ou falada. Porém, os profissionais da mídia em geral, por mais especializados que sejam e por mais amplo apoio técnico que tenham, nunca possuirão as aptidões próprias de um contador ou de um auditor que os possibilitem avaliar com profundidade os fatos relativos a estas questões. Por este motivo, estes problemas devem ser tratados única e exclusivamente pelos órgãos competentes e, à imprensa, cabe a tarefa de apenas divulgá-los, sem procurar interpretá-los e/ou julgá-los.

Se o caso da Enron mostra algo, é que os próprios mercados americanos proporcionam disciplina brutal - tão logo as mentiras são desmascaradas e os fatos são expostos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ciência contábil é baseada em axiomas, postulados, princípios e convenções que, por si, já constituem um vigoroso ambiente de proteção aos resultados provenientes da utilização desta ciência como ferramenta indispensável à gestão, administração e estudo do patrimônio das entidades. Em outras palavras, a ciência contábil é capaz de se defender, sem a necessidade do uso de artifícios extrínsecos ao seu campo de atuação; sua estrutura e a forma como esta foi constituída ao longo de sua história a defendem.

Os contadores, cujas atividades profissionais são exercidas em território nacional ou no exterior, brasileiros ou estrangeiros estão cientes acerca de sua sujeição às Normas Internacionais de Contabilidade – NIC, (*International Accounting Standards – IAS*), bem como aos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos – PCGA (*Generally Accepted Accounting Principles – GAAP*), os quais são aplicados e obedecidos em sintonia com a legislação societária de cada país, no Brasil esta legislação está representada pela Lei n.º 6.404 de 15/12/1967, com alterações introduzidas pela Lei n.º 9.457 de 05/05/1997 e, mais recentemente, alterada pela Lei n.º 10.303 de 31/10/2001, chamada de “A Nova Lei das S.A.”

Estas NICs assim como os PCGAs foram desenvolvidos em consonância e estão sob a tutela da Estrutura Fundamental da Contabilidade, que constitui a casta superior, a consolidação dos fundamentos que regem toda a ciência contábil quer seja no Brasil, ou em qualquer outro país que utilize a ciência contábil como principal ferramenta para a gestão patrimonial das entidades.

A existência e a preocupação com este arcabouço teórico e a sua consequente aplicação, nos levam à indicação de que a profissão contábil não está em crise, ao contrário, tem avançado sobremaneira, principalmente na última década, com a emissão de novas normas e regras, alteração e atualização daquelas já existentes, regulamentação e normatização de setores,

operações e transações antes nunca discutidas em profundidade (como por exemplo, a emissão do SFAS 133 que trata especificamente das operações com derivativos, entre outros).

Muitas críticas feitas à Contabilidade, tais como “a contabilidade não avalia a empresa”, “a contabilidade não mede o Intangível”, e “a contabilidade está se tornando arcaica”. Esses tipos de críticas não mencionam a dificuldade de mensuração, por exemplo, dos intangíveis, que trataremos a seguir.

1 O INTANGÍVEL

O registro de elementos imateriais pela contabilidade tem sido muito discutido no meio acadêmico, porém a incerteza e a subjetividade sobre o valor destes elementos nos parecem muito longe de ser ponderado entre os estudiosos. Existem modelos e regras para determinarmos o capital intelectual, por exemplo. No entanto, nenhum que traga um conforto e uma plena satisfação a quem o calcula.

A contabilidade como sistema de informação e principalmente como ferramenta de tomada de decisão, não pode ser responsabilizada por previsões mal elaboradas. Sabemos que o futuro tem por mérito ser incerto e, o imaterial tem por natureza também a incerteza sobre o seu real valor.

Segundo Prof. Lopes de Sá:

Os ativos intangíveis têm sido vítimas, ou de excessivos rigores em seus cálculos, ou de um repúdio radical para quem não se insiram os mesmos nas demonstrações contábeis. (RBC, 2000, p.46-53)

A Teoria Contábil com seu foco cada vez mais crítico no sentido de dar fundamentação para estes casos empíricos tem se lançado em busca de soluções coerentes para mensuração e principalmente em modelos que possam suportar decisões e avaliações

individuais sobre os bens imateriais.

A grande importância dada aos ativos intangível, salienta Edvinson & Malone (1998), surgiram em decorrência de um crescente reconhecimento de que fatores extra-contábeis podem representar uma importante participação no valor real de uma empresa.

Com relação à avaliação da empresa, o fator subjetividade também é muito frequente. O mercado é muito volátil, especialmente o mercado financeiro, e isso faria com que administradores e acionistas ficassem "malucos" com mudanças tão corriqueiras no mês a mês, fazendo com que um bem que estivesse contabilizado pelo custo e que estaria estático, teria diversas variações para cima ou para baixo.

Tendo em vista a dificuldade de se mensurar o intangível, Kaplan e Norton (2000) salientam que é impossível avaliá-los separadamente dos processos organizacionais que os convertem em resultados para os clientes e em resultados financeiros. Destacam ainda, que o valor de um Ativo Intangível só pode ser determinado no contexto da estratégia que cria valor.

Em 1988, Iudicibus, ao mencionar o desafio com o qual a Contabilidade vinha se deparando, já ratificava a posição assumida de que a mesma vinha se esforçando no sentido de que o Sistema de Informações Contábeis pudesse divulgar informações realmente relevantes para os tomadores de decisões.

2 CONSOLIDAÇÃO DE BALANÇOS E SUA DEMONSTRAÇÃO

A Contabilidade em si deve ser separada da legislação fiscal que em muito tem contribuído negativamente para a sua visão de que serve apenas para fins de tributação e de interesse do governo. Um exemplo claro é parâmetro utilizado para a consolidação de Balanços: a *relevância*. A consolidação de Balanços, que é exigido pela lei 6.404/76 – no caso do Brasil – para as Companhias de capital, em seu artigo n.248 estabelece a

obrigatoriedade da adoção do método da equivalência patrimonial na avaliação dos investimentos.

Esse método deve ser aplicado, todavia, somente para os *investimentos relevantes* em sociedades coligadas, sobre cuja administração tenha influência ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital social, e em sociedades controladas.

Neste caso nunca é demais salientar os problemas da qualidade de informações geradas por não se registrar todas as participações em empresas coligadas. Por exemplo, poderíamos ter o caso de participação em 1.000 empresas com níveis de relevância individuais abaixo dos vinte por cento e estas participações não apareceriam nos seus demonstrativos contábeis.

Hendriksen & Van Breda salientam que:

Os teóricos observam que, quase invariavelmente, a regulamentação surge em resposta a uma crise identificável. Como exemplo clássico, pode-se dizer corretamente que a regulamentação financeira nos Estados Unidos começou com a crise do mercado de ações de 1929. (1999, p.164)

Tendo em vista os vários casos que atualmente estão vindo à tona, de empresas que divulgam informações que não condizem com a realidade das empresas como WORDCOM, XEROX, ENRON etc., é de se esperar que medidas importantes sejam tomadas no sentido de caracterizar a responsabilidade dos executivos que estão à frente dos negócios.

Neste sentido, o próprio Harvey Pitt, presidente da SEC (a instituição americana equivalente à CVM no Brasil), declarou que esta é uma medida necessária.

A PROFISSÃO CONTÁBIL

Existe sim uma necessidade latente de desenvolvimento e aprimoramento desta que é

uma Ciência que deriva e complementa tantas outras. Em qualquer área do conhecimento existem conceitos já comprovados, bem como muitos desafios. Assim, a contabilidade precisa ser também cada vez mais estudada e desenvolvida.

Devemos ter muita responsabilidade ao afirmarmos que uma profissão, uma ciência ou uma área do conhecimento humano está em crise.

Com todos os acontecimentos recentes e os diversos casos de “contabilidade maquiada” ou “fraudada”, como vem sendo chamada, e informações sem base de sustentação, a imagem da contabilidade e dos profissionais é imediatamente atingida e colocada como “bode expiatório” em escândalos de proporções internacionais. Porém, não significa dizer que a contabilidade está em crise, mas evidencia a sua importância para a sociedade e serve de alerta para o aprimoramento da mesma.

ATITUDE E EVOLUÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Com relação aos profissionais de contabilidade, é evidente que deverão se aprimorar cada vez mais para enfrentar uma sociedade empresarial carente de apoio e acompanhamento. A postura do profissional deve sempre se pautar pela ética e pela postura correta com relação às informações prestadas ao mercado.

Marion & Santos destacam que:

A profissão contábil, assim como qualquer outra, é exercida na combinação da competência com a ética. Ou melhor, é o exercício da competência conduzida pela ética. A competência é fazer aquilo que é certo. A ética exige que seja feito de forma correta, consistente com boa reputação da profissão. (RBC, n. 58, 1986)

Salientam ainda:

Estudar o Código de Ética é fundamental, mas antes é primordial que o discente esteja consciente não apenas dos conceitos acerca da moral, crenças, costume, sigilo entre outras, como também tenha dentro de si internalizado estes conceitos. Só assim, o discente estará apto a entender o código de ética e aplicá-lo sem decorar seus artigos. A ética fluirá naturalmente, devido a conscientização desenvolvida na forma como a disciplina foi ministrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria da contabilidade tem respaldo para grande maioria das indagações da sociedade, porém é sempre importante lembrar que em 1972 Martins já salientava:

As informações sobre o futuro não são tão objetivas como os dados passados. Estamos em um mundo de incertezas não podemos esperar da contabilidade a perfeição que o mundo econômico não possui. (1972)

Desta forma, com base no que foi exposto, entendemos que a profissão contábil não está em crise. Os casos apresentados na mídia e principalmente os reflexos na economia, giram em torno de acontecimentos que envolvem falta de ética e profissionalismo, além é claro, de atos administrativos criminosos de executivos, que já começam a ser punidos, inclusive.

Nos casos da ENRON e WORDCOM, mais recente, nos levam a duas observações básicas. O envolvimento da empresa de auditoria com os seus clientes, perdendo assim, a independência, premissa básica para o desempenho da função de auditor. E também, um grande circo de corrupção no qual estavam envolvido todo corpo executivo da empresa.

Muitas coisas ainda estão sendo esclarecidas, assim, não devemos relacionar estes acontecimentos com crise na profissão do

contador. Não devemos generalizar os conceitos e fundamentações teóricas como problemas de falta de ética de alguns profissionais e não devemos colocar nos ombros de uma categoria de profissionais que possui um histórico respeitável, a culpa por estes males

BIBLIOGRAFIA

- BOUCINHAS, José Fernando. Desafios das Auditorias Pós-Enron. *Jornal Gazeta Mercantil*, Editorial, 18/3/2002, P. A-2.
- CANUTO, Otaviano. Enronite. *Jornal O Estado de São Paulo* em 19/02/02.
- EDVINSON, Leif, MALONE, Michael S. *Capital Intelectual*. São Paulo: Makron Books, 1998.
- GUROVITZ, Hélio. Quem audita os auditores? *Revista Exame*, São Paulo, edição 759 em 06/02/2002.
- HENDRIKSEN, Eldon S., VAN BRENDA. *Teoria da Contabilidade*. trad. Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. A contabilidade como sistema de informação empresarial. *Boletim do IBRACON*. Brasília, n.245, p.7-9, out./nov., 1988.
- KAPLAN, Robert S., NORTON, David P. *Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o Balanced Scorecard prosperam no novo ambiente de negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- MARION, José Carlos, SANTOS, Márcia Carvalho dos. O perfil do futuro profissional e sua responsabilidade social. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, n. 58, 1986.
- MARTINS, Eliseu. *Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- SÁ, Antônio Lopes de. Ativo intangível e a potencialidades dos capitais. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, ano 29, n. 125, p.46-53, set./out., 2000.
- SILVERMAN, Raquel, BROWN, Ken. Balanços cada vez mais obscuros. *Jornal O Estado de São Paulo* em 25/10/02.